



Veras Entrevista: Telma Vinha

“A escola é cheia de regras – e, muitas vezes, regras sem sentido”

Por Ricardo Prado (editor da Revista *Veras*)

Para a educadora Telma Pileggi Vinha, professora da Faculdade de Educação da Unicamp, três perguntas deveriam nortear a existência de qualquer regra na escola: “Ela é necessária para garantir as condições de aprendizagem? Para a convivência ser justa e respeitosa? Para organizar os trabalhos na escola? Se não couber nesses três critérios, a regra não é necessária”, afirma a pesquisadora, que há décadas vem trabalhando temas como educação para valores, problemas de convivência e melhoria do clima escolar.



Uma das vozes mais respeitadas quando o tema é clima escolar, desenvolvimento socioemocional e problemas de convivência, sendo o bullying sua face mais visível, nesta entrevista Telma Vinha alerta para o risco da militarização das escolas e defende exatamente o caminho contrário: que a escola aprenda a ser democrática, a lidar com os conflitos de uma forma construtiva – até mesmo pedagógica. Aprende-se a igualdade na escola, mas também é lá que se aprende a diferença, ela frisa nesta entrevista, concluindo: “É na escola que se aprende a democracia”.

A educadora integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem), uma das instituições à frente de um esforço que integra organizações da sociedade civil, iniciativa privada e poder público em uma ação de grande envergadura que pretende investir, de forma qualificada mas também com escala, na melhoria no clima escolar em 600 escolas de seis redes estaduais. Que vem a ser a terceira edição, revista, melhorada e ampliada, de um projeto-piloto que, em 2014, trouxe para duas escolas públicas de Campinas (SP) algumas novidades, como assembleias de classe e de turmas, equipes de ajuda formadas pelos próprios alunos e uma formação de 140 horas para os professores aprenderem a lidar com os conflitos de uma forma diferente. “No começo do projeto, muitos professores atribuíam que melhorar a qualidade da convivência, formar pessoas para a convivência democrática, era função da família. E no final do projeto todos os adultos que participaram assumiam que essa também era uma função da escola”, revela Telma, saudando essa mudança como um dos melhores resultados da experiência. “A escola tem que assumir seu papel de especialista em educação escolar. Quando ela transfere os conflitos para a família, admite que não sabe lidar com o problema, o que é um atestado de incompetência.”

Revista Veras: A senhora esteve à frente de uma experiência muito interessante em escolas de Ensino Fundamental nas redes municipais de Campinas e Paulínia, com a inserção no currículo de uma disciplina específica para a reflexão dos valores e da convivência, formação de professores e criação de equipes de apoio e espaços para a resolução de conflitos, entre outras ações. Qual foi o balanço dessa experiência? Ela teve, ou tem, continuidade?



Telma Vinha: Nós participamos de um primeiro edital de pesquisa patrocinado pela Fundação Lehmann. A proposta era trabalhar com duas escolas de Ensino Fundamental II um projeto de mediação de conflitos, de diminuição da violência e da busca por uma melhoria do clima escolar. Escolhemos trabalhar com o Fundamental II porque é entre os adolescentes que o índice de violência e de conflitos na escola é maior; ou onde ela apresenta maior dificuldade em lidar com eles. Fomos contemplados e começamos o trabalho nessas duas escolas, em 2014 e 2015. Como tivemos muito êxito lá, tanto na formação dos professores quanto na melhoria do clima nessas escolas, a prefeitura de Campinas decidiu ampliar o projeto em 2016 e, então, se firmou um convênio entre a Unicamp e a prefeitura. A cidade vizinha de Paulínia também foi incluída nesse projeto, e ficamos na segunda versão com dez escolas. Essa segunda etapa do projeto foi de 2016 a 2018.

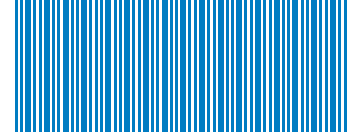
Esse projeto tem algumas características específicas, como trabalhar a formação dos professores. Uma coisa muito importante é que não se pode pensar em trabalhar valores e questões socioemocionais ou morais somente com os alunos. É preciso pensar na instituição como um todo. Assim, trabalhamos com uma formação de mais de 140 horas com os profissionais da educação, ou seja, professores, gestores e, em algumas escolas, também os funcionários, para que eles possam compreender os problemas de convivência, aprender formas construtivas de lidar com o conflito, como eles podem usar uma linguagem mais assertiva, ou mais empática...

Revista Veras: Cento e quarenta horas é uma formação longa. O que mais se trabalhou nessa formação?

Telma Vinha: Quando fizemos os convênios com as Secretarias de Educação, nós colocamos alguns pré-requisitos necessários para que as transformações no clima escolar acontecessem. O primeiro foi que tivéssemos a inserção de uma disciplina na grade horária; todas as escolas tinham aulas semanais de 90 ou 100 minutos, as de período integral. Nessa disciplina a gente alternava: a cada 15 dias fazíamos assembleias para resolução de conflitos, para a manifestação dos alunos; e na outra quinzena trazíamos temas da moral, da convivência, mas tratados como objetos de conhecimento.

Revista Veras: O que significa tratar o conflito como objeto de conhecimento?

Telma Vinha: É pensar em formas de se lidar com conflitos. Quais os dilemas que hoje temos na sociedade? Vamos trabalhar a questão da provocação. Esse espaço é usado no sentido de problematizar, para



que haja uma transformação. Temas como o uso das redes sociais, o racismo e o preconceito, a intimidação etc. Em outros momentos, esses estudantes também tinham aulas sobre formas mais construtivas de linguagem. Esse foi o primeiro pré-requisito, como eu disse. Mas, além disso, nós sabíamos da importância de se investir de uma maneira muito sólida na formação dos profissionais da escola. Nas escolas de ensino integral os professores já têm na grade um período de formação; quando não era de período integral, usávamos os horários de HTPC. Foi uma formação semanal, ou a cada 15 dias com duas horas.

Revista Veras: E quais eram as premissas desse trabalho de formação com os professores?

Telma Vinha: Qualquer bom projeto nessa área de melhoria na qualidade de relações precisa atuar em três vias. A primeira é a chamada via interpessoal, que é a maneira como as pessoas se relacionam. Quando você investe em formação de professores no sentido de torná-los mais hábeis a gerir conflitos e promover a convivência em sala de aula, a usar uma comunicação melhor, a entender quais regras eu negocio e quais não negocio, você está atuando na via interpessoal.

A segunda via é a curricular, que é quando você planeja e executa ações sobre formação ética e desenvolvimento de habilidades socioemocionais junto aos alunos. E a terceira via é a institucional, quando você utiliza atividades educativas que organizam a escola como um todo, num esforço de participação democrática. Por exemplo, ajudar na formação das equipes de ajuda, que são formadas por alunos selecionados pelos próprios pares, e que atuam em situações de bullying, em situações de automutilação, de abuso. São pares que são formados para apoiar os outros. Quando a escola cria esses espaços de diálogo e intervenção, a ação está acontecendo no nível institucional.

Revista Veras: A mediação de conflitos funciona em situações de bullying?

Telma Vinha: Para resolver problemas de domínio e submissão, como o bullying, que é uma violência repetida, a gente tem visto que a mediação não dá conta. Ela dá conta quando o que se pretende é a melhoria na qualidade das relações. Mas na situação de bullying tem um lado que está confortável, que humilha o outro. Esse lado não tem muito interesse nessa relação, que é bastante desigual em termos de força. A mediação dá conta quando as pessoas estão desconfortáveis, mas há espaço para diálogo, para argumentar, se colocar na perspectiva do outro. Mas quando é uma relação de violência, ou de domínio e submissão, como o bullying, a gente precisa usar outras estratégias.



Revista Veras: Quais seriam as melhores estratégias para se combater o bullying?

Telma Vinha: Há duas principais, os círculos restaurativos e o Método de Preocupação Compartilhada, também conhecido como Método Pikas, de Anatol Pikas, que foi quem o desenvolveu, e que é uma estratégia usada quando o bullying já se encontra instalado, e foi devidamente identificado. Nessa metodologia você vai chamando individualmente as pessoas envolvidas, busca tirar a força de um grupo, ele tem algumas estratégias para conseguir isso.

Já o círculo restaurativo é bem mais complexo, e é usado principalmente em situações de violência, porque daí o que se busca é o apoio da comunidade, é mostrar para a pessoa que sofreu a violência que ela não está sozinha. Nessa estratégia busca-se identificar aqueles que irão ajudar a fazer cumprir os acordos, pois há um compromisso coletivo. Na mediação não é preciso nada disso. Um aluno pode pedir a intervenção da equipe de ajuda para resolver o caso de algum professor que tenha feito alguma atitude que ele considera injusta, por exemplo, e a equipe vai buscar contato com o professor.

Revista Veras: Como são formadas essas equipes de ajuda?

Telma Vinha: As equipes de ajuda já existem na Espanha e Inglaterra. Há vários tipos: por exemplo, equipes de mediação de conflitos, nas quais os jovens são formados para aprenderem a interferir nos conflitos entre os alunos mais novos; ou as equipes de ajuda, que foi o formato que nós implementamos aqui. Cada turma mapeia os problemas de convivência e, a partir daí, discute as necessidades, o que pode ser feito. Depois, elegem os colegas que são mais confiáveis para levar esse problema. A eleição entre eles parte desta pergunta: “A quem eu confiaria um segredo?” Os estudos demonstram que a intervenção, no caso de agressão entre jovens, é muito mais eficaz quando um grupo de pares intervém.

Revista Veras: E essa escolha se dá como? O voto é aberto entre os alunos?

Telma Vinha: A escolha é secreta, mas só será votado quem está a fim de ser da equipe de ajuda; e, muitas vezes, quem se elege é aquele pior aluno, mas que é confiável aos olhos do resto da turma. E quando esse aluno é eleito, depois de serem elencados os problemas de convivência, onde eles ocorrem, os valores que estão faltando ao grupo, aí os que forem eleitos passam a ter uma formação na qual eles estudam os problemas em que podem intervir e quando é o caso de pedir ajuda; e também aprendem a identificar quando está acon-



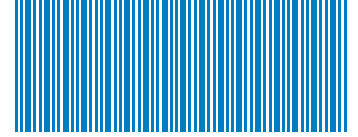
tecendo algum problema. Por exemplo, aquele que se sente excluído geralmente na hora do intervalo costuma fingir que está ocupado no celular. Então, eles aprendem como se aproximar sem ser ostensivo nem invasivo. Esses participantes das equipes de ajuda têm encontros quinzenais com os professores, e ali eles discutem não *quem* tem o problema, mas *o que* eles podem fazer para ajudar essa pessoa. Por exemplo, uma adolescente que está se relacionando com um rapaz em um tipo de relação tóxica; ou situações de gente que está sendo excluída e precisa ser incluída no grupo. Se há automutilação, risco de suicídio, alguém que leva arma na escola, eles sabem que nesses casos precisam pedir ajuda dos adultos da escola, mas mesmo essa ajuda é discutida com a pessoa que está vivendo isso, e ela sabe que aquele grupo a está amparando. Porque nós, professores, não sabemos que aquele jovem se automutila, mas eles sabem. Nós não sabemos quem está sofrendo bullying, mas eles sabem. Então, se forma um sistema de apoio entre os pares. Eles têm caixinhas para deixar mensagens, grupos de WhatsApp. Assim, por exemplo, se há gente no recreio zoando alguém, eles vão em três ou quatro juntos para comentarem com aquela pessoa: “Olha, nada a ver o que você está fazendo...”

Revista Veras: Nessa experiência-piloto em Campinas e Paulínia, como foi o funcionamento das equipes de apoio?

Telma Vinha: Quem implantou as equipes de ajuda foi a professora Luciene Tognetta, da Unesp de Araraquara, e ela tem pesquisas com essas equipes. E os dados têm demonstrado que elas são reconhecidas e atuam bastante; e, muitas vezes, os integrantes das equipes de ajuda dizem que, como eles passam a ter consciência da complexidade, começam a entender que o auxílio não é algo simples, que eles precisam ter um grupo, que precisam agir de uma forma coletiva. Isso impacta muito o cotidiano escolar, é uma ação muito interessante. Mas ela não pode vir sozinha. Para a escola é muito fácil montar equipes de ajuda porque isso não mexe na forma como o professor dá sua aula, a escola não precisa rever a questão das regras, das sanções. É por isso que a gente diz que um bom trabalho nessa área tem que ter ações coordenadas e que sejam complementares entre si. A escola precisa ter espaço para revisão de regras que são injustas, ou desnecessárias; as sanções tendem a ser menos punitivas. Os alunos são envolvidos na participação.

Revista Veras: Na sua opinião, a escola é cheia de regras?

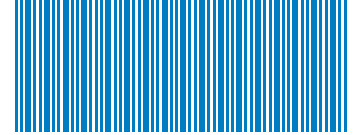
Telma Vinha: Ela é cheia de regras e, em geral, regras que não fazem muito sentido para os jovens. Nós trabalhamos a cidadania dentro



de uma visão de sociedade democrática, que, muitas vezes, significa questionar uma lei injusta; é saber participar, é ter um compromisso de transformação da sociedade, não apenas de adequação social. Esse jovem precisa não só conhecer as regras, mas discutir essas regras a partir da identificação de problemas, aprender a fazer acordos, coordenar perspectivas. Só que, para isso, é preciso haver um ambiente propício. Um ambiente que tem inúmeras regras impostas favorece muito pouco esse desenvolvimento. E mais do que isso: é preciso ter apenas as regras efetivamente necessárias. A escola costuma ter um monte de regras de costume, de comportamento, como a proibição do uso de bonés ou horário para ir ao banheiro – o que não faz sentido para os jovens. No nosso trabalho com as regras da escola, cada regra é avaliada segundo três critérios. Ela é necessária para garantir as condições de aprendizagem? É necessária para a convivência ser justa e respeitosa? É necessária para organizar os trabalhos na escola? Se não couber nesses três critérios, a regra não é necessária. E mesmo sendo necessária, nem sempre a solução está numa regra. Muitas vezes a solução é “vamos pensar sobre isso e ver como a gente vai resolver”. Só que para isso é preciso haver espaços para a discussão. Por isso são tão importantes as assembleias, tanto as dos alunos quanto as dos docentes. E também as da escola. Não basta estar na lei, ou na regra, e ter boa vontade. É preciso formar a escola para que ela saiba como implantar esses procedimentos para que efetivamente as intenções sejam transformadas em ações. Por isso que só formação não é suficiente. É preciso formação e também transformações. O que nós vimos é que as formações mudam indivíduos, mas não as instituições. Junto com a formação é preciso criar procedimentos para mudar a cultura da escola.

Revista Veras: Essa mudança na cultura de uma escola passa por etapas? É possível identificá-las?

Telma Vinha: Nós sempre atuamos em quatro fases: a primeira é o que chamamos de fase do bombeiro, na qual a maioria das escolas atua. Tem problema, daí eu atuo. Eu espero que ele aconteça para agir. O segundo tipo de procedimento é quando se atua de uma maneira preventiva, que é o que funciona para prevenir situações de bullying ou violência. Construir projetos antibullying, montar equipes de ajuda faz parte desse tipo de ação preventiva. O terceiro tipo de forma é a promoção. É quando se busca promover habilidades sociais e emocionais, para que com isso os alunos e professores se tornem mais aptos a lidarem com os problemas que surgem, consigam coordenar perspectivas diferentes, como ser mais empático; todas essas são exemplos de ações desse tipo. E, por último, o quarto momento é o seguimento, que é quando você avalia o êxito dessas propostas. O que



a gente avaliou, no caso dessa experiência, é que houve vários avanços no clima escolar, e também dificuldades. Isso é avaliado por meio de entrevistas, por dados objetivos que se possam avaliar.

Revista Veras: Que exemplos de melhorias poderia citar?

Telma Vinha: Uma das melhorias que nos chamou muito a atenção é que, no começo do projeto, muitos professores atribuíam que melhorar a qualidade da convivência, formar pessoas para a convivência democrática, era função da família. E no final do projeto todos os adultos que participaram assumiam que essa também era uma função da escola. A escola passa a se implicar no problema, em vez de justificar que isso é algo externo a ela, que é problema da sociedade, ou das famílias. Então, quando você dá instrumentos para a escola lidar melhor com essas questões de violência e bullying, e ao mesmo tempo ela consegue perceber que é apta a lidar com isso, muda inclusive o papel social dessa escola.

Revista Veras: Não há nenhuma relação entre nível socioeconômico e indisciplina, ou há?

Telma Vinha: Há um artigo publicado em 2017 na revista da Fundação Carlos Chagas em que é feita uma análise de várias pesquisas e o pesquisador responde a essa questão. Um dos achados muito interessante dessa pesquisa é que a indisciplina é bem democrática. Há várias escolas, públicas e particulares, que têm problemas com indisciplina. Existe, de fato, um número um pouco maior na escola pública, mas não muito maior. A indisciplina depende muito mais de fatores “intra” do que “extra” escolares: a qualidade da relação, o trabalho com conteúdos. O que eles encontraram: que não há uma relação significativa com nível socioeconômico, nem com origem familiar (aquela coisa de família monoparental ser diferente), com infraestrutura escolar e nem com gênero...

Revista Veras: Nem com gênero? Não há uma percepção de que, geralmente, os meninos são mais indisciplinados do que as meninas?

Telma Vinha: Havia antes, mas atualmente não mais. O que eles encontraram é uma relação significativa com o fazer pedagógico; ou seja, aulas bem planejadas, métodos ativos de aprendizagem, isso faz muita diferença. O aluno que repete também apresenta mais comportamento indisciplinar. E a qualidade da relação professor-aluno, aqui com um efeito inverso, de proteção: quanto melhor a relação professor-aluno, menor a indisciplina. A conclusão a que eles chegam nesse estudo, que é uma coisa que a gente já sabia, é que quando o professor constrói vínculos com os alunos, ele atua como prevenção à



indisciplina. Eles até citam depoimentos que mostram como os alunos têm mais cuidados com esse tipo de professor: “Ah, com esse professor a gente não faz bagunça”.¹

Revista Veras: A senhora também participou de uma pesquisa, publicada em 2011, sobre os bilhetes das escolas para os pais. O que eles revelaram sobre a terceirização dos conflitos e a relação escola-família?

Telma Vinha: Existe uma concepção no Brasil de que a família é responsável pelo comportamento disciplinar da criança na escola. Os professores costumam dizer: “A família não ensina valores”. E essa concepção gera uma frustração muito grande na escola. Nessa pesquisa nós quisemos avaliar o tipo de conteúdo desses bilhetes que as escolas mandavam para as famílias. Nosso objetivo era descobrir o que a escola atribuía como problema que a família deveria resolver. Nós aprendemos muita coisa por meio desse estudo. Uma delas é que existem papéis diferentes. A família é responsável pela formação social primária, e a escola fica com o que a gente chama de socialização secundária. A escola forma para o ambiente social, coletivo. Enquanto a família forma a criança com os valores dos parentes, da igreja que ela frequenta, da comunidade etc.; ela vive relações assimétricas. Quando ela entra na escola a aprendizagem da igualdade, da democracia ela vai aprender ali, porque as regras vão valer para todos. A escola tem uma assimetria de função, o professor é diferente do diretor, mas ela tem que ter uma simetria de princípios: o respeito, o espaço de fala, se um não pode usar o celular ninguém vai poder etc. Eu aprendo a igualdade na escola. Mas lá também vou aprender a diferença. Se na minha família se ensina que o filho não pode andar com um amigo que seja homossexual, porque ser gay é errado, ou se ele cresce vendo o pai batendo na mãe, é na escola que os valores dessa comunidade familiar têm que ser transformados em valores desejáveis. Ou seja, que a pessoa pode ter uma orientação sexual diferente, que não se agride ninguém... É na escola que se aprende a democracia.

Quando eu estava na Espanha acompanhei alguns casos lá, onde é muito claro que o papel da escola não é culpabilizar a família. Eles têm um serviço ao qual a família precisa recorrer quando precisa de ajuda. Eu acompanhei um processo de mediação no qual o pai estava muito chateado com a filha pelo tempo que ela ficava na internet, e porque saía de casa sem avisar. Então, em vez de brigar com a filha, ele buscou a escola e aí se abriu a mediação. A filha falou, o pai também, e se chegou a um acordo de convivência, que tinha até uma regra de punição pela qual a menina ficaria sem o celular por alguns dias. E esse acordo é monitorado pela escola. Se faz uma autoavaliação da famí-

1. <http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/eae/article/view/4590>

SILVA, Luciano Campos e MATOS, Daniel Abud S. Indisciplina no PISA: entre o intra e o extraescolar. Estudos em avaliação educacional. FCC. V. 26. N. 68, 2017.



lia. É muito melhor isso do que você virar para um pai ou uma mãe e apontar o problema: “Olha, seu filho não está fazendo as lições, não está frequentando a escola...” A escola tem que assumir seu papel de especialista em educação escolar. Quando ela transfere os conflitos para a família ela admite que não sabe lidar com o problema, o que é um atestado de incompetência, porque a família vai lidar com o problema da maneira que sabe: batendo, colocando de castigo, dizendo “você me mata de decepção” etc. Há conflitos nos quais é preciso chamar a família, claro, mas o mais importante sempre é a escola se colocar como um apoio. Aí voltamos à questão da falta de uma política pública para que as escolas aprendam a lidar com os conflitos e a indisciplina.

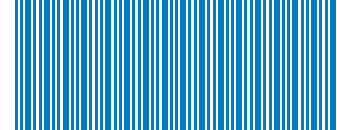
Revista Veras: Não é contraditório que os Institutos de Educação, como o da própria Unicamp, não tenham entre suas disciplinas obrigatórias nenhuma relacionada à educação moral e mediação de conflitos? Não seria reflexo de que mesmo os educadores têm dificuldade em lidar com essa perspectiva do conflito como algo que pode ser pedagógico?

Telma Vinha: Sem dúvida, e uma das nossas brigas, enorme, é para ter políticas públicas nessa área. Se nós pegarmos, por exemplo, a Colômbia, o Chile ou a Espanha, nesses países existe claramente uma política de melhoria da convivência democrática na escola. Na Colômbia eles têm rotas de atenção, para a escola conseguir classificar os diferentes tipos de conflitos (“isso aqui uma mediação dá conta; isso é mais complexo, precisa convocar a família”), há procedimentos de apoio entre pares, formação específica para isso. Em todos esses países que eu citei a escola é obrigada a fazer um plano de convivência.

Revista Veras: O que seria esse plano de convivência escolar?

Telma Vinha: É um documento que concretiza a organização e o funcionamento da escola com relação à convivência. Cada escola tem seus objetivos de curto e médio prazo a serem alcançados nesses planos, sendo que são definidas várias ações para que esses objetivos sejam alcançados. E as escolas avaliam e veem essa área. No Brasil, atualmente, apesar de você ter uma introdução da Base Nacional Comum Curricular que fala em formar cidadãos éticos, apesar de a cidadania constar na nossa Constituição como uma função da escola, a única política que está havendo por aqui é a militarização. Que significa o aumento do rigor, ou seja, vai na direção contrária a tudo isso que estou defendendo.

Os dados do último Saeb mostram, por exemplo, que a indisciplina é a segunda maior queixa dos gestores de educação, só perdendo para a



falta de recursos. Os dados do Pisa também indicam que os professores “perdem” cerca de 17% do tempo de sala de aula administrando conflitos entre os alunos. Apesar de tudo isso, aí você pergunta: “E o que se faz?”. Nada. Não há uma política de formação, não há política de procedimentos que ajudem a escola a lidar com isso. Porque não é só “lidar com os conflitos”; é preciso ver que os problemas e conflitos podem se tornar oportunidades de aprendizagem.

Revista Veras: Como se aborda o conflito sob uma perspectiva construtivista, ou seja, como uma oportunidade de aprendizagem?

Telma Vinha: É preciso criar um ambiente em que o conflito possa ser visto como natural. Há vários grandes problemas que a negligência ao tratar essa questão acarreta. Por exemplo, a escola tende a deixar a responsabilidade em relação aos procedimentos de disciplina nas mãos do professor. Esse é um problema do professor, não da escola. Para se abordar o conflito de uma maneira construtivista, é preciso que a escola abrace essa causa: como nós, enquanto escola, lidamos com o conflito? Por isso que nos países onde existem políticas públicas voltadas à melhoria do clima escolar, o que se pede é um plano de convivência institucional. Só que, para isso, é preciso uma formação dos profissionais da educação, tanto de base quanto continuada.

Revista Veras: Nesses países que você citou os professores têm disciplinas específicas de formação para valores ou mediação de conflitos durante a graduação?

Telma Vinha: Alguns sim, outros não. Na Espanha, depende das províncias. Mas faz parte da política nacional que os professores sejam formados nesse sentido; às vezes ela vem por meio de formação continuada. As políticas vão acontecendo e elas vão sendo incorporadas nas formações de base. Então, o problema de não haver nada nesse sentido é que, como a escola se sente impotente, ela defende o aumento do rigor, a militarização, contratar mais funcionários para que os alunos sejam vigiados. Alguns trabalhos acadêmicos já avaliaram essas políticas de aumento do rigor. Como temos visto em pesquisas em escolas que usam punições rigorosas, como suspensões, o emprego desse recurso é apenas preditor de novas suspensões. E essa política vai aumentando a raiva e o desengajamento dos jovens em relação à escola. Mesmo os alunos que não sofrem as sanções, mas que estudam em escolas que são muito punitivas, apresentam um desempenho mais baixo. E as políticas de “tolerância zero” que foram aplicadas nos Estados Unidos, e vem vindo na direção do Brasil uma corrente forte nesse sentido, as pesquisas mostram que as suspensões aumentam mais de duas vezes a possibilidade de os alunos



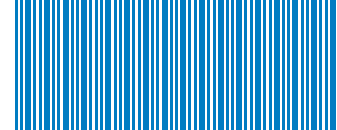
punidos continuarem cometendo delitos. Esses meninos têm pior desempenho acadêmico, maior evasão escolar etc. Nós sabemos que há muitos jovens que se envolvem com o crime, que são assassinados. E, veja só, apenas o fato de frequentar a escola está relacionado a um menor risco de esse jovem se envolver em alguma situação de violência extrema. Se essa escola ainda tiver um clima bom, onde ele se sinta pertencente, tendo formas de participação, um lugar onde ele pode desenvolver suas habilidades socioemocionais no sentido de resolver os conflitos, acaba gerando um cidadão muito melhor para a sociedade como um todo. Então, as estratégias que muitas escolas têm buscado nesse sentido de aumento do rigor até têm algum resultado no curto prazo; mas no médio e no longo prazo não é bom nem para o jovem, nem pra escola, nem pra sociedade.

Revista Veras: As assembleias de alunos, de professores e da escola inteira podem representar o início de uma gestão democrática na educação, ou não necessariamente?

Telma Vinha: As assembleias traduzem uma gestão democrática. A gestão democrática, segundo a LDB, pode ser feita por meio dos conselhos de escola, de APMs e grêmios, e as assembleias são formas efetivas de se traduzir essa participação democrática. É como se você estivesse colocando esses princípios em movimento. Mas temos encontrado muita dificuldade com alguns gestores porque quando se consegue dar voz para os professores e para os alunos, muitas vezes os diretores se sentem ameaçados. Por conta disso, na nova versão desse projeto que estamos elaborando há alguns momentos de trabalho só com os gestores. A ideia é que eles compartilhem o que estão experimentando e que se sintam amparados. Às vezes, quando os alunos e professores se empoderam, muitos diretores se sentem acuados com isso, sem perceber que isso somos “nós”, a comunidade. Nós percebemos que seria importante haver um amparo separado, no qual eles aprendam como funcionam as comunidades de práticas horizontais e se sintam mais seguros para conduzirem esse processo.

Revista Veras: Ou seja, o diretor parece ser o nó górdio nesse processo. Se ele não aderir, as transformações no clima escolar não acontecem...

Telma Vinha: Perfeito. A gente precisa que a equipe gestora compre essa ideia, porque dá muito mais trabalho administrar uma escola onde as pessoas questionam. Por exemplo, assembleia não é só questionar, é propor. Se alguém acha uma regra da escola injusta, ou se está incomodado porque tal professor grita, ele pode usar esse espaço, ou o da mediação. E muitas vezes esses conflitos são silen-



ciados na escola tradicional. Então, é preciso ter um gestor disposto a ter essa postura dialógica, fomentar esses mecanismos; para isso, ele precisa ser mais bem cuidado, mais amparado. E com o apoio de outras escolas que estão seguindo esse mesmo caminho.

Revista Veras: Esse projeto que agora vai também incluir os gestores no trabalho de formação é um desdobramento do anterior?

Telma Vinha: Nós trabalhamos no primeiro projeto com dez escolas. E a gente se achava com isso! Mas o que são dez escolas num universo de milhares de escolas no Brasil? O que é isso diante de um aumento forte de políticas de mais rigor, de militarização? É muito pouco. Então, fomos conversar com instituições que pudessem financiar experiências com mais escala, e uma das instituições que “comprou a ideia” foi o Instituto Unibanco, que está atualmente atuando em seis redes estaduais de educação: Ceará, Espírito Santo, Piauí, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Norte. Nesses estados eles têm um programa de gestão e concordaram em incluir uma nova área nesse programa, de convivência ética e democrática. O que significa responder à seguinte pergunta: como a gente leva esse programa já experimentado nessas dez escolas para cerca de 600 escolas de Ensino Médio?

Revista Veras: Quem participa dessa iniciativa?

Telma Vinha: É um grupo interdisciplinar, com gente da Unicamp, Unesp, Unifesp, muitos pesquisadores ligados ao Gepem [*Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral*], e buscamos a parceria com o Instituto Unibanco porque eles têm experiência em escala. A ideia é começar a tratar essas questões com as Secretarias, depois com as Regionais, depois com os gestores, que terão cursos de comunicação construtiva, por exemplo, como é que eu falo melhor. Aí, esses diretores vão criar uma comunidade online de práticas horizontais, para a troca de experiências. Quando esse gestor se sentir seguro de poder ser um exemplo, o projeto desce para os professores, que terão formação. Vamos deixar todo o material didático pronto, e haverá um aplicativo para ajudar o gestor em situações práticas, como a melhor linguagem para abordar determinado assunto numa reunião. Nesse aplicativo ele também vai conseguir acompanhar a própria evolução, ver o que já conseguiu mudar; não para nós, para ele mesmo ter esse *feedback*. Quando os professores se sentirem seguros, o projeto desce para os alunos. Aí, os estudantes também terão suas formações, e o projeto se estende para as famílias e para os funcionários. Ao contrário do que a gente estava fazendo, desta vez começamos de cima [*pelas Secretarias*], por isso este é um modelo de transformação. E só quando o gestor se sentir apto, seguro, quando falar “agora eu que-



ro levar isso para minha escola”, é que entraremos na fase seguinte desse módulo, que se chama Módulo de Transformação. Depois há o Módulo de Juventudes, o Módulo de Conflitos, e assim irão se implantando as assembleias, as equipes de mediação de conflitos... A ideia é um projeto de quatro anos com esses estados, que não terão nenhum custo com ele, e todos os materiais serão públicos e gratuitos. Serão livros e vídeos de qualidade, a que outros estados e outros professores terão acesso, porque esse é o papel da universidade pública. A nossa ideia é propor alternativas viáveis para as escolas que saiam desse modelo de aumento de punição e de rigor.

Revista Veras: Falando no aumento de punição e do rigor, quando se pleiteia a necessidade de a escola discutir valores e moral, não há um certo risco de voltarmos àquelas terríveis aulas de Educação Moral e Cívica da época da ditadura?

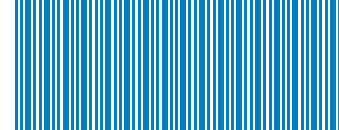
Telma Vinha: Você tem razão, e tem sido muito forte essa ideia de educação moral muito compreendida como patriotismo. Isso tem acontecido de fato, com muita frequência. Há um grupo no Gepem de pesquisas em psicologia e moral vinculado à Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Psicologia, esse grupo congrega pesquisadores do Brasil inteiro de mestrado e doutorado, e a síntese de décadas de trabalhos e estudos mostra que esse modelo de transmissão é pouco eficaz para desenvolver ética e moral; o que ele faz é formar pessoas que são heterônomas no sentido de seguir regras e ordens, de seguir a autoridade, mas se essa autoridade é injusta, se alguma regra é injusta, eles têm muita dificuldade de ir contra a autoridade, de lutar contra regras ou situações injustas. Esse modelo é muito bom para a conformidade social, não para a transformação social, e isso num mundo cada vez mais complexo, onde é preciso identificar dilemas, ver que não há respostas fáceis, em que é necessário coordenar perspectivas diferentes, até mesmo no sentido global. O que nos afeta, afeta o outro. É por isso que defendemos que haja um espaço de disciplina para que a ética e a moral sejam objetos de conhecimento, mas um objeto de conhecimento ativo, em que eu identifico dilemas, em que a gente discute e analisa, por exemplo, as formas de manipulação na internet, como lidamos com isso, quais são as polêmicas envolvidas. Mas em nenhum momento ele é feito por meio de doutrinação ou de transmissão. O modelo de militarização tem uma estrutura hierárquica, a obediência à hierarquia, regras rígidas e inflexíveis, em que esses meninos e meninas são treinados muito mais no sentido da obediência do que da participação, da cooperação, dessa identificação de problemas, de formas de empatia. E é curioso porque esse movimento de militarização nas escolas só se vê voltado às camadas mais pobres. Você não vê as escolas de elite indo



nessa direção; ao contrário, vão no caminho do desenvolvimento de competências socioemocionais, de participação democrática, de discussão, diálogo. Isso é muito sério e esse modelo, de uma escola de alto nível, é que precisamos levar para a rede pública, e não o contrário.

Revista Veras: Por que, no seu ponto de vista, é importante separar incivilidade de indisciplina?

Telma Vinha: As escolas têm visto os problemas de convivência como violência. E essa percepção tem aparecido em pesquisas, como uma feita pelo Inep, que saiu em 2019 com dados de 2018, a partir de uma questão que sai do Saeb na qual se perguntava, para mais de 260 mil professores e gestores, se “no último ano viu algum caso de agressão, física ou verbal, dirigida a um adulto ou a um outro estudante”. O dado que saiu é que mais de 70% dos professores e gestores haviam presenciado pelo menos um ato assim, de agressão física ou verbal. Ora, quem trabalha em escola sabe: se em um ano você não vir nenhum caso de um aluno agredindo verbalmente outro, tem algo errado aí... Mas quando o MEC menciona esse dado, juntando agressão verbal e física, o resultado é: “Uau, mais de 70% dos professores já viram uma agressão verbal ou física na escola!” E isso dá uma ideia de que a escola é muito mais violenta do que de fato é. Não se pode juntar agressão verbal e física como sendo a mesma coisa porque uma agressão física é muito mais grave. Muitas dessas agressões verbais são mais uma contraconduta desse jovem, que age na escola como age fora dela, do que uma agressão física. Nós temos, então, dados de pesquisas reforçando que a escola é muito mais violenta do que ela de fato é. Há, também, inúmeros jornalistas que colocam indisciplina, brigas e furtos como sendo da mesma natureza; e não são. Toda a literatura de pesquisa dessa área separa condutas que são perturbadoras, como as ações de incivilidade, como provocar um ao outro, andar pela classe, interromper o professor etc., que são atos de má-educação, que perturbam o ambiente. Mas você não pode dizer que seja violência, que está muito no dano que é causado. Por isso que o bullying é visto como um ato de violência, porque o efeito dele no médio prazo é muito sério para quem vive o processo. Um aluno que bate no outro é violência. É preciso separar manifestações que são perturbadoras da convivência daquelas que sejam agressivas, violentas, até porque exigem intervenções diferentes. E se a percepção geral é de que as escolas são muito mais violentas do que elas de fato são, você exige do poder público medidas como estas, da militarização das escolas, colocar câmera para vigiar os alunos, botar segurança porque o sentimento de que a escola é um lugar violento e eu posso ser a próxima vítima é sério. Se você pegar os registros de ocorrência escolar do estado de São Paulo, por exemplo, dos três primeiros



meses de 2018, temos uns 2.500 registros de agressão física, que é violência, enquanto os registros de indisciplina recorrente são mais de 7 mil. As nossas escolas são muito mais bagunceiras do que violentas. Não que não existam sérios problemas de convivência, mas eles estão muito mais na ordem da bagunça, da desordem, do que na ordem da violência. A separação disso ajuda a escola a lidar com procedimentos mais eficazes.

Revista Veras: Já é possível se ter uma avaliação do impacto psicológico que esse ano de 2020 tão atípico provocou na escola, entre os estudantes e entre professores e gestores?

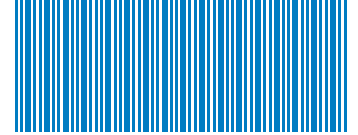
Telma Vinha: O ano de 2020 foi não só atípico, mas muito sofrido para todo mundo. Primeiro, é preciso dizer que eu defendo o isolamento social, mas entendo que há muitas crianças e jovens que dependem muito do sistema de proteção social que a escola oferece, e não só por conta da merenda. Temos visto um aumento de casos de violência doméstica e de abuso sexual neste ano de quarentena. E, o que é pior, o isolamento tem colocado no mesmo ambiente agressor e agredido. Só que a questão sanitária é complexa, já que nas escolas públicas às vezes não tem nem papel higiênico, que dirá álcool em gel! E a questão da segurança sanitária envolve bem mais que isso: significa haver uma higienização constante dos ambientes, espaços com circulação de ar, maior distância entre os alunos.

Temos visto também um aumento de estresse muito grande, de separações, casos de ansiedade graves, depressão, e entre os profissionais da educação isso tem acontecido principalmente com as mulheres. No caso de adolescentes temos visto um aumento de ansiedade, que tem se manifestado de várias formas, como choro fácil, automutilação, condutas agressivas, dificuldade de se concentrar, perturbação do sono. Alguns estudos têm mostrado que a quarentena tem impactado muito. O Datafolha fez uma pesquisa em 2020 com adolescentes e seus pais que revelou esse quadro.² Outras pesquisas também mostram que os professores foram profundamente afetados.

Revista Veras: Diante desse cenário, como deve ser o retorno às aulas em 2021?

Telma Vinha: O que a gente sugere? Que quando houver o retorno às aulas, seja em qual formato isso acontecer, se formem, à semelhança dos círculos restaurativos, os círculos de diálogo. Essa ferramenta, que também veio da Justiça Reparativa, cria um lugar para que todos falem dos sentimentos. É preciso então, exercendo uma linguagem empática, trabalhar a escuta de todos: o que eu estou sentindo,

2. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/pesquisa-aponta-aumento-de-ansiedade-e-tristeza-em-jovens-na-pandemia.shtml>

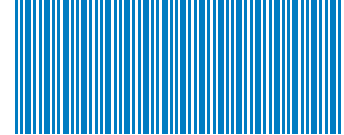


como a gente pode se apoiar nesse momento difícil... São momentos específicos para falarmos de nós. É bom que nesse papel esteja um professor que tenha mais habilidade, mais diálogo com a turma. Só que isso não pode ser feito apenas uma vez, mas periodicamente; por exemplo, uma vez por mês. Daí é preciso identificar aqueles que falam menos, aquele que não está bem. E é possível, então, colocar pares para ajudarem essa criança ou jovem. É preciso realizar um mapeamento das relações, observar quem está cuidando de quem, quem é mais próximo de quem. E isso vale para os professores também: ao se observar que um colega não está bem, porque está se separando, o gestor coloca uma dupla para apoiar esse docente, se colocando à disposição para ouvir. E ouvir não significa pegar para si; é acolher, demonstrar o reconhecimento do outro, e também mostrar a própria vulnerabilidade. O ato de mostrar vulnerabilidade gera conexão. E esse retorno será bem estressante. Pense no desafio de professores recebendo adolescentes que não podem se tocar depois de não se verem por mais de um ano, já que é preciso manter a segurança sanitária...

Revista Veras: Adolescência e distanciamento social parecem ser duas coisas inconciliáveis. Este vai ser mesmo um grande desafio para os professores!

Telma Vinha: Claro, eles burlam, se abraçam, vão para o banheiro se beijar. Então, haverá um estresse muito forte. Discutir com as crianças, com os jovens, o que pode ser feito, talvez até criar formas de compensação, tipo aquela “camisa do abraço”, que é uma capa plástica esterilizada; vai ser muito importante nesse retorno às aulas celebrar as pequenas conquistas. Seja na forma presencial, online ou híbrida é preciso discutir os sentimentos, os problemas coletivos, temas que envolvem a pandemia, como o aumento da desigualdade, as vacinas etc. E, ao mesmo tempo, é preciso que a escola esteja atenta àquelas crianças que, eventualmente, estejam necessitando de acompanhamento individual.

Além desse mapeamento de relacionamentos que eu citei, é preciso acionar a rede de proteção quando há algumas situações de alerta, como quando o sofrimento emocional é acentuado ou frequente; quando um professor ou aluno tem alguma perda funcional, por exemplo, não consegue sair da cama para trabalhar ou estudar; quando acontece algum tipo de violência, autolesão, envolvimento em vício ou risco de suicídio. E, por último, é importante trabalhar o autocuidado, o autoacolhimento, no sentido de entender que eu não preciso dar conta de tudo, que a casa pode ficar uma zona, que às vezes meu trabalho não vai sair como deveria, perceber os sinais



que o corpo está mandando, aprendendo a criar pequenas “ilhas de pausa”. Para alguns é correr, para outros ouvir música, para outros é moderando a entrada de informações. Isso é autocuidado. No centro de tudo tem que estar o bem-estar psíquico e esse desenvolvimento socioemocional, porque a pandemia ainda está em curso e esses meninos e meninas estão em luto. Não necessariamente porque perderam alguém, embora isso possa também ter acontecido, mas porque o pai perdeu o emprego, eles perderam contato com os amigos, há muito sofrimento. Nós não podemos fingir que isso não está acontecendo, é preciso lidar com o trauma coletivo. Isso tem que fazer parte das ações emergenciais da escola, mas também estar presente como algo contínuo.

Revista Veras: Ou seja, no retorno a escola precisará ser menos conteudista e mais acolhedora, é isso o que você está recomendando?

Telma Vinha: Sim, mais humana e humanizadora. Não dá pra achar que o conteúdo seja mais importante. Além de que lidar com as emoções também é conteúdo, e isso precisa estar presente. Há vários materiais disponíveis orientando os professores e gestores em relação a esse retorno, um deles foi elaborado pelo Gepem para o Instituto Unibanco.³ E outros também estão circulando. Será muito bom se essas ações se incorporarem no currículo, um espaço para se falar dos sentimentos, não precisa ser só em função da pandemia. O cuidado é tão importante quanto os outros conteúdos.

3. <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/acolhimento-socioemocional-sera-fundamental-tambem-na-retomada-das-aulas-presenciais/>

